

Colonização pela “pata da vaca”: apontamentos sobre ocupação, migração e precarização da mão de obra rural na Zona da Mata Rondoniense

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros¹
SÃO PAULO, Kamonni de²

RESUMO: A expansão das relações capitalistas para Rondônia tem sua história marcada pela colonização com vistas à produção/extração de matéria-prima. A partir da década de 1970, a Amazônia brasileira tornou-se objeto de políticas de Estado com o objetivo de ocupar espaços “vazios”. A migração foi estimulada por programas de assentamentos coordenados pelo Incra; concomitantemente, foram executados projetos como o Poloamazônia e o Plano de Desenvolvimento Nacional, que visavam ao estímulo econômico para diversificação da balança comercial regional. Assim, tiveram início na região, simultaneamente, os ciclos da madeira e da criação de gado. O objetivo deste ensaio é apresentar um panorama sobre esses programas para a Amazônia em geral e, especificamente, para a Zona da Mata Rondoniense. Partimos da hipótese de que a convergência destas políticas culminou em um processo de latifundiáriação da terra e precarização da mão de obra rural, transformando a região Norte, especialmente Rondônia, em epicentro de conflitos agrários.

Palavras-chave: Colonização; Migração; Pecuária; Políticas de Estado.

Colonization by "cow paw": notes on occupation, migration and precarization of rural manpower in Zona da Mata Rondoniense

ABSTRACT: The expansion of capitalist relations to Rondônia has its history marked by colonization with a view to the production / extraction of raw material. From the 1970s, the Brazilian Amazon became the object of State policies aimed at occupying “empty” spaces. The migration was stimulated by Incra-coordinated settlement programs, with projects such as Poloamazonia and the National Development Plan being implemented, aimed at economic stimulus to diversify the regional trade balance. Thus, timber and livestock breeding began simultaneously in the region. The objective of this essay is to present an overview of these programs for Amazonia in general and specifically for Zona da Mata Rondoniense. We start from the hypothesis that the convergence of these policies culminated in a process of latifundirization of the land and precariousness of the rural labor force, transforming the North region, and especially Rondônia, in the epicenter of agrarian conflicts.

Keywords: Colonization; Migration; Livestock; State policies.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, a ocupação da fronteira Oeste, especialmente a amazônica, ocorreu devido à intencionalidade dos governos em ocupar esta região, considerada um “espaço vazio”, integrando-a, sobretudo, ao território nacional. O processo de

¹ Professor Doutor do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Ji-Paraná. E-mail: trubiliano@hotmail.com ou carlos.trubiliano@unir.br

² Acadêmica do Curso de História da UNIR, Campus de Rolim de Moura; bolsista de Iniciação Científica.

ocupação transformou as terras amazônicas em palco de disputa, envolvendo povos da floresta, migrantes de “toda sorte” e interesses de capitalistas nacionais e internacionais. Como forma de contribuir, para compreensão desse processo, a proposta deste ensaio é apontar elementos para compreender a colonização da Zona da Mata Rondoniense (ZMR). Temos por hipótese que as políticas de Estado, a partir da década de 1970, tiveram como propósito não propriamente fixar o migrante na zona rural, mas formar um contingente populacional que servisse de mão de obra flutuante, a ser empregada tanto na construção de obras estratégicas na região amazônica como na consolidação das relações capitalistas na frente econômica rondoniense. A hipótese assenta-se na observação das relações desarmônicas entre o modo de produção familiar e o modo de produção capitalista na disputa por recursos espaciais, em que os interesses dos grupos ligados ao capital prevaleceram nas decisões do Estado, sobretudo quanto ao reordenamento do espaço.

Deste modo, no que se refere ao desenvolvimento econômico da ZMR, tivemos como premissa relacionar a pecuária com o processo ocupacional, na intenção de compreender a consolidação e a fixação da população na região. Para tanto, é necessário investigar as políticas de ocupação territorial destinadas ao território de Rondônia, mais especificamente à região da Zona da Mata, a partir da década de 1970.

O território da Zona da Mata compreende os municípios de Alta Floresta d’Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Nova Brasilândia d’Oeste, Novo Horizonte d’Oeste, Rolim de Moura e Santa Luzia d’Oeste. A ocupação dessas cidades ocorreu por meio da expansão da fronteira agrícola, estimulada pelas políticas de colonização gestadas a partir dos governos militares; esses fatores impulsionaram fluxos migratórios para a região. Desde a criação do *Território Federal de Rondônia*, em 1943, o processo de ocupação de Rondônia atendeu a projetos político-estratégicos cujo objetivo era ocupar uma região considerada “vazia” através do assentamento de populações camponesas carentes, vindas de diversas regiões do país. A migração foi estimulada pela oferta de lotes de terra, bem como pelas potencialidades da economia extrativista. O fluxo migratório para esta área passou a assentar-se em colônias agrícolas, que foram criadas com o intuito de evitar o êxodo rural rondoniense e estimular a fixação populacional e a formação do mercado interno (COY, 1987; BROWDER, 1986; HALL, 1989)

A partir da década de 1970, o Estado interveio nas condições legais para a distribuição de terras aos pequenos produtores. O objetivo da intervenção no período militar era desenvolver economicamente a região Norte do país, estimulando a ocupação da Amazônia a partir dos projetos que, em geral, atenderam às demandas dos setores capitalistas nacionais em expansão mais do que, propriamente, à realização de uma reforma agrária com caráter social. Deste modo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) beneficiavam e aprovavam projetos agropecuários destinando, para os mesmos, significativas porções de terras, gerando, conseqüentemente, aumento na taxa do desmatamento da região.

A transformação das florestas em pasto é ilustrada pelos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 2012 e 2015. Segundo o Instituto, nas últimas décadas, houve ampliação significativa das pastagens e da produção do rebanho bovino em toda a Amazônia, especialmente em Rondônia. Entre 1996 e 2006, Rondônia destacou-se no cenário nacional devido à evolução de pastagens cultivadas: saltou de 3,1 para 5,4 milhões de hectares; a evolução do rebanho foi da ordem de 6,3 milhões (1996) para 11,5 milhões de cabeças de gado (2006). Destarte, o crescimento anual foi, em média, de 9%, acima da taxa nacional – que, no mesmo período, foi de, aproximadamente, 3%. Atualmente (2017), segundo dados da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia (Idaron), o Estado conta com 13,397 milhões de cabeças de gado, o sétimo maior rebanho do país.

Quanto à ZMR, em 2015, o efetivo bovino era de cerca de 1,3 milhão de cabeças. Em relação ao desmatamento, o pico da derrubada da mata ocorreu entre 1995 e 2005: o município de Alto Alegre dos Parecis foi o que “menos desmatou”, preservando 63,8 % de sua área florestal; Rolim de Moura foi o que mais desmatou, derrubando 81,6 % de sua área florestal (SCHMIDT; VENDRUSCOLO; HILGERT; MOTA, 2015). As estatísticas permitem reafirmar a importância do desenvolvimento da economia em torno da cadeia produtiva da carne na região.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a ocupação territorial da ZMR apresentou índices de crescimento populacional. Porém, com a consolidação da concentração fundiária no decorrer das décadas de 1990 e 2000, o povoamento dos municípios da ZMR passou por uma reorganização: em algumas cidades, registrou-se uma

diminuição no contingente populacional. Em outros termos, ao passo que, em alguns municípios, a criação do gado se expandia, diminuía o número de habitantes. Essa proposição se deve, possivelmente, à relação causa-efeito do crescimento do rebanho, uma vez que ele ocorre, necessariamente, com expansão das áreas de pastagens, deslocando as famílias assentadas – em programas como os Projetos Integrados de Colonização (PICs) e os Projetos de Assentamento Rápido (PARs), promovidos pelo Incra – para outras localidades, muitas vezes fora da ZMR.

Diante do exposto, cabe pensarmos na relação população x expansão do rebanho como resultante de políticas adotadas durante o regime militar.

Como forma de expor melhor as ideias contidas neste ensaio, dividimos por tópicos os argumentos. O primeiro argumento “o ideário sobre a ocupação da fronteira”, apontamos como as ideias de Frederick Jackson Turner retratam o imaginário sobre a fronteira, influenciando líderes e projetos políticos ao longo dos séculos XIX e XX; compreendendo o território amazônico enquanto fronteiras, apresentamos no segundo argumento “questões sobre a recente colonização amazônica”, algumas políticas de Estado adotadas para ocupação da fronteira amazônica entre as décadas de 1970-1980. Ainda na esteira das políticas de Estado, os terceiros (“as frentes colonizatórias”) e quarto (colonizar pela “pata do boi”) argumentos retratam impactos sociais das ações estatais.

O IDEÁRIO SOBRE A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA

É importante destacar que a ocupação da ZMR remete a uma antiga preocupação do Estado Nacional: ocupar a fronteira amazônica.

Na História do Brasil, a noção de fronteira que permeou as políticas republicanas é a de que a incorporação de um território ocorre através da efetiva ocupação social das terras. Esta mentalidade de que o processo de expansão econômica está diametralmente ligado à ocupação dos “espaços vazios” tem suas origens no século XIX, momento marcado pelas definições das fronteiras dos Estados Nacionais. Um dos primeiros teóricos a pensar a ocupação da fronteira foi Frederick Jackson Turner, em sua obra *The significance of the frontier in American history* (1894). Turner analisou a ocupação das terras “livres” a Oeste dos Estados Unidos, no contexto da Marcha para Oeste (1860-1890), estabelecendo a relação da

ocupação e da expansão a Oeste com a formação da nacionalidade e o desenvolvimento da sociedade estadunidense.

Turner adotou a perspectiva processual para compreender a fronteira como elemento de americanização dos colonos e definidor da própria identidade norte-americana. A narrativa histórica de Turner apresentou a mística relação entre homem e natureza como força invisível determinante do *ethos* norte-americano; para o autor, "(...) it is only by understanding the reactions between American society and the American environment that we shall be able rightly to estimate the significance of American political history"³. (TURNER, 1965, p.158)

Sendo assim, a fronteira integra todos os elementos ao seu redor, sejam eles sociais ou econômicos, ela constitui um sentimento de pertencimento e cria uma identidade nacional. A *Frontier Thesis* é utilizada por Turner para explicar não apenas a ocupação de um território, mas a própria História da sociedade americana. No entanto, é preciso considerar o contexto histórico no qual Turner estava inserido: sua narrativa está marcada pelas contradições de uma sociedade em transformação, fruto do aprofundamento das relações capitalistas que resultaram na industrialização dos EUA.

Para Turner, a expansão da fronteira a Oeste é marcada pela movimentação dos pioneiros de diversas naturezas e estratos sociais, sejam eles comerciantes, aventureiros, caçadores ou fazendeiros; essa migração para as "terras livres a Oeste" resultou da "válvula de escape" dos problemas sociais dos centros urbanos no Leste. Neste sentido, a fronteira é representada por um ideal de prosperidade, que atrai o imigrante para a ocupação dessas novas terras em busca de melhores oportunidades econômicas e políticas ofertadas por essa expansão.

A expansão para o Oeste, ou às "terras livres a Oeste", é apontada por Turner como o motor da formação da sociedade americana. A quantidade de terras a serem ocupadas e sua enorme extensão determinou o destino da nação. A lógica dessa expansão era de que os Estados Unidos deveriam possuir uma maior quantidade de terras, aumentando as possibilidades de cultivo e ampliando o mercado interno – e, conseqüentemente, estimulando a industrialização, reduzindo a dependência de outros países industriais.

³ Tradução: "é somente compreendendo as reações entre a sociedade americana e o ambiente americano que nós poderemos corretamente estimar o significado da história política americana"

Turner sustenta sua tese combinando o material com o ideal, de modo que o “caráter nacional” e os “valores americanos” pudessem ser compreendidos a partir de questões concretas. Colonizar as terras disponíveis ou o incentivo público à produção agrícola de uma determinada região, por exemplo, seriam não apenas ativos econômicos, mas atos patrióticos, mesmo que essas terras estivessem ocupadas por populações indígenas (AVILA, 2006. p.53). Turner ainda utilizou a ideia de que esses elementos poderiam justificar os rumos dos processos históricos, econômicos e sociais dos Estados Unidos por meio da ocupação de novas áreas, integrando essas terras à identidade nacional.

Desta feita, as ideias de Turner influenciaram, direta e indiretamente, não apenas presidentes como Theodore Roosevelt (1901-1909), Herbert Hoover (1929-1933) e – o colega de graduação em Johns Hopkins – Woodrow Wilson (1914-1921), mas também políticos e políticas em todo Ocidente.

É possível detectar influências do pensamento de Turner nas políticas norteadoras da ocupação da Amazônia, que trouxeram consigo discursos, encampados pelo Estado, do dever patriótico e civilizacional de ocupar os “espaços vazios”. Assim como na tese de Turner – em que a ocupação da fronteira Oeste dos Estados Unidos funcionou, também, como uma “válvula de escape” para os problemas urbanos do Leste –, nos discursos políticos dos governos militares a ocupação da fronteira Amazônica visava, como estratégia e interesse de Estado, resolver problemas sociais causados pelas secas no Nordeste e pelo desemprego na zona rural do Centro-Sul do Brasil.

QUESTÕES SOBRE A RECENTE COLONIZAÇÃO AMAZÔNICA

Para além de questões estratégicas de Defesa, durante o período do governo militar, a colonização – logo, a modernização e a industrialização da região amazônica – contribuiria, também, para o desenvolvimento econômico brasileiro. O Estado buscou acelerar a ocupação e controlá-la; para isto, criou diversos programas de colonização, integração e investimentos.

Programas como o Poloamazônia e os Planos de Desenvolvimento Nacional (PNDs) – o primeiro PND, entre os anos de 1972 e 1974; o segundo, entre 1975 e 1979 – criaram instrumentos fiscais a fim de incentivar a vinda de capitalistas para

região. Os PNDs concediam total isenção de impostos às empresas que investissem na Amazônia. Os investidores também receberam créditos subsidiados pela Sudam.

Concomitantemente, a migração populacional era incentivada por programas de assentamento, como os Projetos Integrados de Colonização (PICs) e os Projetos de Assentamento Rápido (PARs), ambos promovidos pelo Incra. Especificamente em Rondônia, os PICs e os PARs foram mecanismos utilizados pelo governo para efetivar a ocupação. Foram destinados para os projetos uma faixa de 100 quilômetros de terras de cada lado da BR-364. A rodovia facilitava a entrada dos migrantes em terras rondonienses; nesse espaço, foram distribuídos lotes de, aproximadamente, 100 hectares.

Assim, foram implementados, na década de 1970, cinco PICs concentrados, sobretudo, no centro do estado de Rondônia: PIC Ouro Preto, PIC Ji-Paraná, PIC Adolfo Rohl, PIC Paulo de Assis Ribeiro e PIC Sidney Girão. (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992). No Projeto Integrado de Colonização, o Incra era responsável por demarcar os lotes e prestar assistência técnica e financeira aos migrantes, porém, o número de migrantes que vieram em busca de terras foi maior do que o esperado. Foi necessário criar novos projetos para tentar assentar esses migrantes.

Em seguida, foram implantados dois Projetos de Assentamento Dirigido (PADs): Marechal Dutra e Burareiro. Nesta modalidade, o Incra selecionou os assentados e exigiu que tivessem conhecimento agrícola e recursos financeiros. Deste modo, os PADs foram destinados aos grandes e médios empreendedores do campo, os quais receberam lotes maiores.

Já no início da década de 1980, foram implantados Projetos de Assentamento Rápido (PARs), com lotes menores (50 ha) distribuídos a um maior número de migrantes. Ao adquirirem os lotes demarcados pelo Incra, caberia aos colonos efetivarem sua ocupação; para isso, eles poderiam desmatar até 50% da área, a fim de iniciarem as atividades agrícolas, conforme rogava a legislação vigente (Lei nº 4.771/1965). A princípio, não houve um controle rigoroso por parte do Incra e dos demais órgãos competentes para o cumprimento da legislação – ou seja, a preservação dos 50% de mata nativa do total do lote entregue ao colono (M. FIORI; L. FIORI; NENEVÉ, 2013). Na prática, o entendimento por parte dos colonos, bem como dos agentes públicos locais, era favorável ao desmatamento, uma vez que a derrubada da mata significava a posse efetiva da terra a ser utilizada nas atividades

agrícolas, como nos atesta o relato do memorialista Ovídio Amélio de Oliveira (2004, p. 137): “no início da colonização oficial [em Rondônia] realizada pelo Incra, os colonos teriam de iniciar o desmatamento de seus lotes para garantir a posse da terra”. Segundo Neide Esterci e Katia Schweickardt (2010), a orientação na colonização recente, em toda Amazônia, era de que os lotes que ainda estivessem cobertos por vegetação nativa seriam considerados abandonados, simbolizando que o colono não necessitaria das terras – o que emitira, portanto, um “sinal tácito” de que aquele lote deveria ser “redistribuído”.

A partir da década de 1970, Rondônia recebeu estímulos que diversificaram sua balança comercial. Iniciaram-se, simultaneamente, os ciclos da madeira e da criação de gado. Desde a década de 1980, a Amazônia brasileira tornou-se responsável por, aproximadamente, 80% da produção nacional de madeira. A colonização e o desmatamento da floresta foram impulsionados pelo governo federal por meio de créditos subsidiados e incentivos fiscais, concedidos à indústria madeireira. Entre os anos de 1966 e 1983, a Sudam liberou, aproximadamente, US\$ 500 milhões em subsídios diretos para a instalação ou reformulação de 131 projetos madeireiros industriais na região amazônica. (ROCHA, 1999)

Especificamente em Rondônia, a instalação da indústria madeireira seguiu a rota da BR-364. A região que compreende os municípios de Pimenta Bueno e Cacoal possuía espécies de maior valor comercial, como mogno e cerejeira. Em 1982, havia nesses municípios, respectivamente, 60 e 96 unidades industriais. Em 1989, o Estado produziu 180 mil metros cúbicos de mogno em tora (ROCHA, 1999). A extração madeireira conduziu a ocupação para oeste da rodovia BR-364, promovendo o aparecimento de novos núcleos urbanos, dos quais cabe destacar, regionalmente, a cidade de Rolim de Moura, que serviu de entreposto comercial entre os novos núcleos populacionais e a rodovia.

No decorrer das décadas de 1970-80, as madeireiras despontaram como a mais importante atividade da indústria pioneira na fronteira oeste rondoniense – cidades como Rolim de Moura chegaram a contabilizar mais de 100 serrarias em atividade. O trato com a madeira, assim como de outras matérias-primas regionais, era primário; inexistiam, nesse período, indústrias de tratamento, o que demonstra que a região se encontrava no estágio inicial de seu desenvolvimento industrial, além

de revelar o papel periférico de Rondônia em relação a outros “centros” econômicos do Brasil. (COY, 1987)

Portanto, encontravam-se em consonância a derrubada das matas e os projetos políticos para colonização de Rondônia. Durante as décadas de 1970-80, a colonização pública feita pelo Incra, baseada na distribuição de lotes de 50 a 100 hectares, funcionou como catalizador dos fluxos migracionais de camponeses “expulsos” das frentes pioneiras “consolidadas” – Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, etc. (COY, 1987; BROWDER, 1986; HALL, 1989)

A escolha de Rondônia como zona de colonização deu-se, entre outros fatores, por ser zona de fronteira internacional; por sua localização na continuidade direcional do movimento das frentes pioneiras – que se inicia na década de 1940, com a Marcha para Oeste –, que se deslocaram das regiões Sul (Paraná) e Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso) em direção ao Norte; pela situação jurídica das terras em Rondônia, marcada pela existência de grandes áreas de terras públicas, o que facilitou a colonização oficial; e pela existência de terras férteis, acima da média da região amazônica.

O sistema de colonização começava pela construção rudimentar de estradas de penetração e suas vicinais, conhecidas como “espinha de peixe”, pela delimitação dos lotes cobertos por floresta virgem e, posteriormente, pela derrubada da mata. As técnicas agrícolas empregadas eram rudimentares, com o plantio direto após a queimada; as culturas de subsistência, como arroz, mandioca, milho e feijão, em alguns lotes, foram completadas por culturas de mercado – incentivadas por instituições governamentais –, como no caso do cacau e da borracha, ou trazidas pelos colonos, como no caso do café. (COY, 1987)

Apesar das grandes extensões de terras distribuídas pelos diversos programas (PIC, PAD e PAR), observou-se que a procura por terras foi maior que a oferta; os projetos criados não foram suficientes para todo o contingente populacional.

AS FRENTES COLONIZATÓRIAS

A organização espacial de Rondônia foi marcada pelo processo migratório. Grande levas de pessoas saíram de seu lugar de origem, na condição de migrante, em busca de terras e oportunidades de trabalho; concomitantemente, os projetos de

assentamento foram estratégias de governo para incentivar a ocupação da fronteira e a integração da região amazônica, visando ao desenvolvimento regional.

Nesse sentido, percebe-se a fronteira como um espaço de diferentes tipos de dinâmicas sociais; logo, um lugar de conflitos sociais. Para compreender essas relações, José de Souza Martins (1996) conceitua frente de expansão e frente pioneira. Para designar tais conceitos, é preciso considerar o tempo histórico da atuação de cada frente.

A frente de expansão é marcada pelo deslocamento de grupos; neste processo, alguns dos agentes atuantes são grileiros, posseiros, vaqueiros, caboclos, mestiços, seringueiros, garimpeiros – os quais, pela forma com que cultivam a terra, precisam expandir floresta adentro, estabelecendo-se em novas terras, fazendo com que exista uma expansão da fronteira.

As relações comerciais criadas nas frentes de expansão operam dentro de seus limites, baseadas na agricultura para subsistência e na troca de mercadorias entre os grupos. Essa frente de expansão caracteriza a mobilidade da fronteira demográfica, pois a população que atua nesta frente acaba, inexoravelmente, sendo empurrada cada vez mais para as “bordas” pela força motriz do capital, a fim de desbravar novas fronteiras; são agentes que se deslocam para novas terras, as quais possibilitem a continuação de suas atividades econômicas.

O que caracteriza a frente de expansão e a frente pioneira são as diferentes formas de conceber os espaços. A frente de expansão é movida por dinâmicas próprias: longe dos centros urbanos, o modelo econômico adquirido pela população que reside nestes espaços impossibilita gerar o acúmulo de capital. O sistema capitalista é introduzido neste ambiente juntamente com a expansão das frentes pioneiras.

Para os pioneiros, a terra é o meio de produzir e reproduzir a vida; assim, a fronteira é vista como um lugar de novas oportunidades, ou seja, novas relações sociais, novas possibilidades de atuação do mercado em terras consideradas “vazias”. Neste caso, as frentes pioneiras não consideram os agentes sociais que já estavam naquele espaço, a exemplo das comunidades tradicionais e dos povos da floresta, nem a utilização das terras pelos agentes da frente de expansão. Muitas vezes com o uso das instituições do Estado, os grandes empreendedores, fazendeiros, comerciantes e especuladores determinam, entre si, a posse e o valor das terras – ao

monetizar o solo em uma ação desenraizante, desapropriando os descapitalizados “caipiras”, “roceiros” e “meeiros” através da compra, dos recursos jurídicos ou da “bala”, desarticulando qualquer outro modo de vida não inserido nas relações monopolistas do sistema capitalista.

COLONIZAR PELA “PATA DO BOI”

Em relação ao projeto político do governo militar para a colonização regional rondoniense, uma hipótese – a ser mais bem fundamentada em futuras pesquisas⁴ – é a associação entre os programas de assentamento populacional de caráter eminentemente provisório e a expansão da indústria madeireira, permeados pela lógica de que, à proporção que se derrubava a floresta, formava-se o pasto. Devemos informar que a transformação da floresta em pastagem não é exclusividade de Rondônia. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), até 2011, dois terços da área de floresta amazônica aberta haviam se transformado em pastagens.

A colonização da Amazônia “pelas patas do boi” foi, *a priori*, projeto do governo militar (BROWDER, 1986; HALL, 1989). Entre 1966 e 1967, o governo federal colocou em curso a “Operação Amazônia”, que consistiu em ações governamentais e leis com o principal objetivo de expandir a pecuária. Para os militares, a pecuarização cumpriria duplo papel: economicamente, atenderia à crescente demanda internacional por leite e proteína bovina; geopoliticamente, promoveria a ocupação de “espaços vazios” no Norte do Brasil, ao mesmo tempo que interligaria a região ao restante do país. No bojo da “Operação Amazônia”, o primeiro PND (1972-1974) criou instrumentos fiscais para incentivar a agropecuária na região. O PND concedia total isenção de impostos às empresas que investissem na Amazônia; os investidores também receberam isenções de taxas tanto para importação como para exportação, crédito subsidiado pela Sudam e acesso a fundos especiais de investidores. Segundo Anthony Hall (1989), os principais beneficiários do PND foram os empresários ligados à criação de gado, uma vez que apresentavam o perfil para captar os recursos destinados pelos programas.

⁴ Informamos que esta questão é tema norteador da pesquisa “Formação da Rede de Cidades na Zona da Mata Rondoniense (1970-2000)”, sob a coordenação do professor Carlos Alexandre Barros Trubiliano, vinculada junto à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia.

Nos anos do “milagre econômico” brasileiro (1968-1973), a exploração econômica da região Norte foi marcada pela quase ilimitada distribuição territorial da periferia amazônica, com vistas a desenvolver as atividades de *business* privado. Na execução dos PND I (1972-1974) e II (1975-79), foi criado o programa Poloamazônia, com o objetivo de desenvolver a infraestrutura econômica regional. O programa baseou-se no conceito de polos regionais de crescimento, separados de modo setorial como, por exemplo, polo de extração de recursos minerais de Carajás ou áreas-polo de criação de gado com possível processo industrial. Ao todo, foram criados 15 polos de crescimento para atrair a iniciativa privada.

Diante dos incentivos fiscais e tributários, investidores de capital nacional e internacional foram atraídos a fim de expandirem seus negócios para a Amazônia. Desta feita, contando com fartos subsídios oficiais, grupos de investimentos, bancos, companhias de seguro, empresas privadas e estatais, mineradoras, companhias de transportes e/ou de construção de estradas passaram a investir na devastação da floresta, com vistas à introdução de grandes projetos de criação extensiva de gado. (KOHLHEPP, 2002)

Por possuírem experiência na exploração das terras, foram subcontratados fazendeiros de gado de outros estados brasileiros. Oficialmente, a Federação destinava à implantação das fazendas a área máxima de 60 mil hectares; contudo, foram criadas propriedades com 140 mil hectares, como a fazenda Santana do Araguaia, no sul do Pará, administrada pela Companhia Vale do Cristalino, uma subsidiária da Volkswagen do Brasil. Para que se tenha uma ideia da dimensão espacial da fazenda, essa área corresponde ao tamanho da cidade de São Paulo, ou sete Wolfsburg, município ao norte da Alemanha que abriga a sede da Volkswagen. (KOHLHEPP, 2002)

Esses empreendimentos, em poucos anos, foram responsáveis pela destruição de consideráveis extensões de floresta tropical no norte de Mato Grosso, centro-sul de Rondônia, sudeste e leste do Pará. Considerando apenas Rondônia, nos cinco primeiros anos da implantação dos projetos de colonização (1973-1978), foram desmatados 4.200 km², o que corresponde a 1,7% do território total do Estado. Dez anos depois, em 1988, o desmatamento atingiu 12,57% da área total do Estado (Ibama/CSR, 2011). Os territórios mais afetados localizam-se nas confluências dos municípios de Ariquemes, Pimenta Bueno, Cacoal e Ji-Paraná, onde o desmatamento

atinge percentuais acima de 50% da área total do município. Rolim de Moura, centro da ZMR, registrou no final da década de 1980 a marca de 74,5% de desmatamento da extensão total do município. (SEDAM, 2002)

Em meados da década de 1980, em toda a Amazônia brasileira, os projetos oficiais de fazendas de criação de gado foram responsáveis, diretamente, pelo desmatamento de cerca de 140 mil km². Somadas, essas propriedades ocuparam, aproximadamente, nove milhões de hectares. (KOHLHEPP, 2002)

Como efeito econômico, a Amazônia Legal abriga, atualmente (2016), por volta de 40% do rebanho bovino nacional, enquanto em 1977 correspondia a apenas 8%. No que tange aos efeitos socioambientais, estas políticas de Estado causaram severos danos aos biomas da região, como erosão, esgotamento de nutrientes do solo, encrostamento da superfície do solo e distúrbios climáticos e aquíferos. Destacam-se, também, os danos causados pela especulação imobiliária da terra, marcada por violentos conflitos envolvendo populações indígenas, fazendeiros e posseiros de toda sorte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tratar-se de um estudo preliminar, parece-nos, *a priori*, que a colonização da fronteira amazônica está, também, ligada à precarização social na formação da mão de obra flutuante, empregada na consolidação das relações capitalistas na frente pioneira não apenas rondoniense, mas em toda Amazônia. Reflexo disso, nos últimos anos, é que o Norte foi a única região brasileira onde a média *per capita* de anos de estudo não cresceu e se manteve estagnada em 6,6 anos – em contraponto à crescente média nacional, que saltou de 7,0 para 7,3 anos (PNAD, 2012). Ou seja, para a atual etapa do desenvolvimento capitalista na região, foi necessário um determinado grau de escolaridade da mão de obra, suficiente para consolidar o setor secundário e que atendesse às necessidades da mecanização do trabalho rural. Entretanto, não foram criadas condições educacionais para que os trabalhadores nortistas conseguissem mitigar as escandalosas desigualdades sociais, bem como para que esses agentes sociais tomassem consciência de seu protagonismo para contestar as condições materiais as quais geram a exclusão (GRAMSCI, 1978). Ou seja, os avanços no sistema educacional na região Norte foram marcados pela dialética da exclusão-includente, cabendo ao Estado fornecer ao cliente – o capital –

a força de trabalho técnica e socialmente disciplinada. Deste modo, acentua-se a cultura política das desigualdades que, historicamente, marca as relações de poder entre as elites e as camadas mais populares do Brasil.

Especificamente quanto à posse da terra, o relatório de 2015 da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ilustra bem a violência que configura o cenário amazônico, especialmente o rondoniense. Rondônia, assim como o estado do Pará, registraram o maior número de assassinatos por envolvimento em algum tipo de conflito no campo. Ainda segundo a CPT, Rondônia também aparece em primeiro lugar no *ranking* de despejos: em 2015, foram 694 famílias despejadas – num total de 866 casos na Amazônia. Diante desses dados, é possível constatarmos que, em Rondônia, a posse da terra encontra-se em processo de “acumulação primitiva” de capital, cujas relações nem sempre são reguladas pelo mercado, tendo como principais características a violência e a superexploração do trabalho.

Em relação aos motivos da concentração de renda, especificamente na Zona da Mata – assim como, em geral, em Rondônia –, sua natureza é histórica, cujas respostas demandam pesquisas mais aprofundadas, temas de próximas publicações.

REFERÊNCIAS

BROWDER, J. O. *Madeireiros na Mata Pluvial-Tropical: Uma Política Econômica de Extração Madeireira e Troca Desigual na Amazônia Brasileira*. Tradução: Brent H. Millikan. Porto Velho-RO, dez. 1986

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”: o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. p. 167-194.

CUNHA, S. R. P. *O xadrez da terra: um estudo da colonização de Rondônia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sócio-Ambientais). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, K.H.S.C. Territórios amazônicos de reforma agrária e conservação da natureza. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas*. 5(1), p.59-77, 2010.

FIORI, Luis Eduardo; FIORI, Marcus Fernando; NENEVÉ, Miguel. Colonização agrícola de Rondônia e (não) obrigatoriedade de desmatamento como garantia de posse sobre a propriedade rural. *Novos Cadernos NAEA*. v. 16, n.1, Suplemento, p. 9-22, jun. 2013, ISSN 1516-6481.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALL, Anthony. *Developing Amazonia: Deforestation and social conflict in Brazil's Carajas Programme*. Manchester University Press, Manchester, UK. 1989.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.

LOPES, E. S. A. *Colonização agrícola em Rondônia: a relação parceleiro-agregado como manifestação de resistência à expropriação*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1983.

ROCHA, Daniela de Paula. *Evolução e sustentabilidade do setor industrial madeireiro no Estado de Rondônia*. Dissertação (Mestrado), ESALQ/USP, Piracicaba, Brasil. 1999.

SCHMIDT, Wanderson Cleiton Cavalheiro; VENDRUSCOLO, Jhony; HILGERT, Lourdes Maria; MOTA, Alex dos Santos. Impacto da colonização na Zona da Mata Rondoniense, Amazônia Ocidental-Brasil. *Revista Geográfica Venezuelana*, vol. 56, n. 1. 2015.

TURNER, Frederick Jackson. The Development of American Society. In: JACOBS, Wilbur (org.). *Frederick Jackson Turner's Legacy*. San Marino: Huntington, 1965.

Relatórios

Atlas Geoambiental de Rondônia. Porto Velho: Sedam, 2002.

BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. *Relatório do monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite (Ibama/CSR)*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbio/arquivos/relatoriofinal_cerrado_2010_final_72_1.pdf Acesso em 29 de julho de 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Relatório Conflitos no Campo*. Goiânia (GO), 2015. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/downloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads Acesso em 05 de junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em: 05 de junho de 2016.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Síntese de indicadores 2012. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e.../2012/.../pnad_brasil_2012.pdf Acesso em: 05 de junho de 2016.

INPE & EMBRAPA: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Levantamento de informações de uso e cobertura da terra na Amazônia, 2011*. Disponível em: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass.php Acesso em 05 de junho de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. In: *Texto para discussão* n. 155. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: www.ipea.gov.br/agencia/.../120925/comunicadodoipea155_v5.pdf Acesso em: 05 de junho de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. *Mapa Mundial da Fome em 2014*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/09/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014> Acesso em: 05 de junho de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014*. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: www.unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf Acesso em: 05 de junho de 2016.